



Pistas para a acomodação subjetiva na variação entre em/ni na fala de universitários: regularização morfológica e reparos

Hints for subjective accommodation in the variation between em/ni in university students' speech: morphological regularization and repairs

Cristiane Conceição de Santana Ribeiro*

RESUMO: Os poucos estudos atribuem a origem do *ni* ao contato entre as línguas africanas e o português; no entanto compreendemos que esse conectivo seja resultado de regularização morfológica da preposição *em*. Dados sociais e a análise de operações de reparo mostram que a variante *ni* é usada regularmente pelos universitários da amostra sem carregar estigma social, evidenciando convergência subjetiva em processos acomodativos.

PALAVRAS-CHAVE: Variação em/ni. Regularização morfológica. Operações de reparo.

ABSTRACT: A few studies attribute the origin of *ni* to the contact between African languages and Portuguese; however we understand that this connective is a result of morphological regularization of the preposition *em* 'in'. Societal data and the analysis of repair operations show that the *ni* variant is used regularly by university students of the sample without carrying social stigma, showing subjective convergence in accommodative processes.

KEYWORDS: Variation em/ni 'in'. Morphological regularization. Repair operations.

1. Introdução

Embora não seja citada como preposição nos dicionários e na maioria dos compêndios gramaticais, a variante *ni* é comum na fala espontânea do brasileiro, principalmente em contextos mais rurais e de menos contato com bens de cultura letrada; entretanto, com o avanço do movimento migratório do campo para cidade, essa variante também pode ser ouvida na fala de jovens residentes de centros urbanos.

* Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (Bolsista Capes, Código de Financiamento 001). <https://orcid.org/0000-0003-2039-7351>, criscc.santana@gmail.com

Ferrari (1997) afirma que o uso de *ni* em variação com a preposição *em* é citado em estudos dialetológicos como característica do falar rural, mas pode ser encontrada em centros urbanos de muitas cidades do Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro. Os excertos descritos abaixo são da fala de um dos estudantes da UFS.¹

- (1) DAN2MI: procurar um um um polímero que se adeque bem ao... aquilo que está sendo sen- sendo... pensado tipo eh na fábrica de copos de... de... do Maratá lá lá *NI* Lagarto...
- (2) DAN2MI: eu vou pra casa da minha namorada vou pra igreja tem ensaio da banda também... ai... fico desenhando *EM* casa... eh estudo também porque tá osso... (risos)

No excerto (1), a forma *ni* apresenta o mesmo valor sintático e semântico de *em* no excerto (2). Quanto à função sintática, ambas as formas atuam na fronteira de constituintes; quanto à função semântica, as formas *em* e *ni* localizam o sintagma nominal no espaço: *ni Lagarto*, cidade do interior do estado de Sergipe onde o estudante mora, e *em casa*, residência do estudante.

Estudos sobre a variação *em ~ ni* na fala dos brasileiros ainda são escassos; no entanto, a baixa recorrência da forma *ni* não impede que a consideremos como variante da preposição locativa *em*. O uso do *ni* é mais recorrente na fala de pessoas de pouca escolarização, maior faixa etária, residentes de zonas rurais; no entanto, o estudo de Souza (2015) indicou maior recorrência *ni* nos informantes universitários em comparação aos de pouca escolaridade. Esse resultado nos sugere que *ni*, além de ser regular na fala de pessoas residentes de zonas urbanas, não sofre correção entre os universitários.

¹ Os excertos foram retirados da amostra Deslocamentos constituída no âmbito do presente trabalho e que integra o Banco de Dados Falaes Sergipanos (FREITAG, 2013).

Neste artigo, analisamos a variação no uso das preposições locativas *em* ~ *ni* assumindo a perspectiva de que *ni* não é uma variante estigmatizada. Apoiamos nossa perspectiva em evidências sociais e em evidências de acomodação subjetiva, com base nos reparos. Inicialmente, retrospectamos as origens de *ni* por meio de estudos anteriores sobre o fenômeno. Em seguida, trazemos para discussão dados sociais do uso de *ni*, que reforçam que, do ponto de vista da percepção, a forma não é estigmatizada. Por fim, trazemos dados de uma investigação de produção, com foco nos reparos e a sua relação com evidências de acomodação subjetiva à fala (RIBEIRO, 2018).

2. Origens de *ni*

Não há uma explicação consensual para a origem da variante *ni*. De acordo com Castilho (2012), a origem de *ni* no português brasileiro está relacionada aos contatos entre línguas e acomodações morfológicas.²

Castilho (2012) propõe que a forma *ni* está relacionada a uma regularização morfológica de *em*, correspondente a uma etapa da gramaticalização das preposições (o desaparecimento de preposições). Novas formas aparecem e convivem, podendo uma ser substituída pela outra, “a preposição *em* dispõe de uma forma base, o ditongo

² Outra explicação para a origem de *ni* embasa-se nas influências do contato entre línguas africanas na formação do português brasileiro, como apontam Baxter (1992), Ferrari (1997), Lucchesi e Baxter (2009), Lopes e Baxter (2006), que encontraram ocorrências de *ni* na fala de bilíngues do português e ubundo em povos Tongas de São Tomé, na África. Lopes e Baxter (2006) constataram evidências de que *ni* fora usado outrora como preposição locativa, quase categoricamente, mas, devido ao processo de aquisição do português europeu, essa forma foi perdendo força para a forma *em*. Souza (2015) também sugere a relação de *ni* com línguas africanas, como o Yorubá, mas destaca que essa relação não está necessariamente ligada à consequência de um substrato, e sim a uma sobreposição semântica entre elementos mórficos locativos das línguas de contato que formaram o português brasileiro. Também assumindo que *ni* é oriundo de línguas africanas, Albuquerque e Nascimento (2013) especulam relações entre o uso dessa forma e o contato entre línguas, como nos municípios de Itabaiana, Porto da Folha e Laranjeiras, e, também, o contato nas regiões fronteiriças de Sergipe, como em Poço Verde, em Carira e em Porto da Folha. Os autores ainda especulam sobre o uso do locativo *ni* no interior e na capital de Sergipe, associando-o às migrações das zonas rurais para as zonas urbanas.

nasal [ey] e das formas amalgamadas *no, na, num, numa*, de que *ni* representa uma sorte neutralização da categoria de gênero” (CASTILHO, 2012, p. 590). Ou seja, as formas amalgamadas referem-se aos gêneros masculino e feminino; a forma *ni*, pela influência das formas amalgamadas, representaria um gênero gramatical neutro.

Para explicar a fonologização e morfologização das preposições, Kewitz *et. al.* (2018) as classificam em leves e em pesadas, sendo as leves monossílabos livres de acento e dependentes fonologicamente de outras palavras como *a* e *de*. Já as pesadas são os monossílabos tônicos como *sem* e *trás* e dissílabos com acento na primeira ou na segunda sílaba: *sobre, entre – após, atrás*. Os autores compreendem que o *em* seria uma preposição pesada pela presença de coda e do arquifonema nasal /N/; essa nasalidade provocaria uma compressão fonológica do *em* ditongo nasal, para *na* e *no*, monossílabos leves de constituição CV.

A contração da preposição com o artigo é conhecida na literatura como amálgama (fusão de formas dependentes, ou seja, clíticos) e igualmente se aplica às preposições *a, de, e por*, levando a formas autônomas que, por sua constituição morfológica, parecem sofrer flexão nominal, por se assemelharem a substantivos e adjetivos que variam em gênero e número (p. ex., *aos, das, pela, nos*). (KEWITZ *et. al.* 2018, p. 350)

O processo de amálgama das preposições acontece por pressões fonológicas e morfológicas como descrito em Kewitz *et. al.* (2018), constituindo novas formas que podem variar com as já existentes pelo processo de gramaticalização, como apresentado por Castilho (2012).

Para Kewitz *et. al.* (2018), o processo de amálgama dá-se pelo mecanismo de *chunking*, que, segundo Bybee (2016, p. 64), “é um processo que influencia todos os sistemas cognitivos, com base na organização da memória”. O *chunking* acontece quando dois ou mais *chunks* ocorrem com frequência; nesse caso há a formação de um *chunk* maior contendo os menores. Assim a preposição *em* configura-se como uma

preposição monossilábica pesada, mas passa a ser leve por constituir amálgamas em função da frequência com a qual é usada junto aos artigos, o que acontece com outras preposições mais gramaticalizadas. Devido a processos morfofonológicos, a preposição *em* forma o *ni* o mesmo processo pelo qual constituem-se as contrações. Para os autores tal forma

é constituída em conformidade com um esquema em que o gênero, indicado pelo artigo, determina a contração resultante. Logo, se a palavra seguinte é do gênero feminino, o resultado é *na*; caso seja do gênero masculino, o amálgama é *no*. Por fim se a forma seguinte não apresenta gênero o resultado é *ni*. (KEWITZ *et. al.* 2018, p. 357)

Os exemplos abaixo, retirados dos corpora do PHPB e PHPP, mostram o *ni* presente em textos antigos e em registros de fala mais atuais.

(3) Pinga **na** casa, **na** parede, **na** porta
 Pinga **no** telhado, **no** muro, **no** carro
 Pinga **ni** mim, **ni** você, **ni** todo mundo

(4) i hoji a genti vevi **numa** vida assim... difici **nuns** pontu i fá/ mais mió **ni** otrus né?

(5) di animal tamém a genti cuidava a genti montava **ni** animal... e ia **na** cidade di animal

O excerto (3) apresenta o resultado da junção da preposição *em* com os artigos definidos *o* para masculino e *a* para feminino constituindo preposições leves para se referir aos gêneros. Da mesma forma, o *ni* aparece como resultado de referência a um gênero neutro, introduz adjuntos adverbiais *ni mim*, *ni você*, *ni todo mundo*, substituindo com regularidade o *em*. Já os excertos (4) e (5) evidenciam uma fala espontânea; nesse caso, *ni* também substitui perfeitamente a preposição *em* em seus contextos de uso.

Os autores consideram que a preposição *em* constitui a forma *ni* por metátese, processo fonológico decorrente de estudos diacrônicos que, segundo Cavaliere (2005), consiste na troca de posição de um fonema para melhor acomodação eufônica; por exemplo *estrupe* por *estupro*. No caso da preposição em análise, a transformação do vocábulo original *em* para a forma *ni* é mais radical, provavelmente ocasionado pelas transformações anteriores os amálgamas *na* e *no*.

Pode-se compreender que *em* passe por processo morfofonêmico; a morfofonêmica, segundo Câmara Júnior (1979), consiste no estudo de juntura das variantes posicionais das formas linguísticas. Essa juntura pode acontecer tanto no interior de um vocábulo quanto de vocábulo para vocábulo no interior de uma frase, isto é, as formas linguísticas mudam por influência de níveis morfológicos e morfêmicos. Essas transformações podem acontecer tanto em um mesmo vocábulo, quanto em vocábulos diferentes em uma mesma frase. Os vocábulos que, fonologicamente distintos, passam a ser, no nível fonológico, um único elemento, podem ser explicados do ponto de vista sincrônico, mas as causas dessas transformações são de base diacrônica.

O autor apresenta um exemplo de juntura por influência fonológica o *sândi* da língua hindu Sânscrito, que pode ser interno ou externo. O *sândi* interno acontece dentro de um mesmo vocábulo como em *leio* para *le + o*; o *sândi* externo acontece de um vocábulo para outro dentro de uma mesma frase, *olhos azuis /ól'uzazúys/*, sem registro na escrita, somente na fala. Esses processos ganham regularidades na língua como no caso das junções de pronome com conjunções e com preposições com artigos vocábulos em contato que generalizam para todas as posições e integram-se na mesma forma do vocábulo. Outro processo é o da haplologia, que ocorre entre duas sílabas iguais em contato; uma sílaba é suprimida do vocábulo como em *semínima* -> *semínima*, *idololatra* -> *idólatra*.

É possível entender a junção de preposições com artigos pelo processo morfofonêmico de *sândi interno*. Em dois vocábulos usados juntos com frequência (preposição + artigo), o primeiro (*em*) constitui outro (*no*) com as exigências morfológicas pertencentes ao segundo (*o*), mas não é só com artigos definidos que a preposição *em* pode constituir amálgamas. Kleppa (2005) apresenta as possibilidades de amálgamas das preposições mais gramaticalizadas: *em* também pode ser amalgamada aos pronomes indefinidos *um, uma* -> *num, numa*; pronomes pessoais do caso reto *ele(s) /ela(s)* -> *nele(s) /nela(s)*; demonstrativos *isto* -> *nisto, aquilo* -> *naquilo* e pronomes indefinidos variáveis iniciados por vogal. A preposição *em* junta-se a esses vocábulos, que necessariamente combinam-se ao gênero do sintagma nominal que é introduzido por eles; a forma *ni* por sua vez, é resultado de regularização fonológica em função da junção de *em* com artigos definidos, correspondendo à mudança por analogia que ocorre “quando a pronúncia de uma palavra é diretamente influenciada pela pronúncia de outra palavra com a qual mantenha certo vínculo morfológico ou semântico” (CAVALIERE, 2005, p. 56). Assim, *ni* decorre de pressões fonológicas na preposição *em*, e por influência das formas amalgamadas já existentes, *no* e *na*, representando, portanto, a neutralização de gênero que o *em* representaria.

Do ponto de vista sociolinguístico, Ferrari (1997) descreve a variação *em ~ ni* em uma comunidade isolada de Morro dos Caboclos, na zona oeste do Rio de Janeiro, e constata que a variante *ni* era presente na fala de quase todos os moradores daquela comunidade.

Na região dialetal do semiárido nordestino, Souza (2015) propõe um *continuum* rural-urbano entre os falares do português rural, popular e culto de Feira de Santana, BA, levando em consideração o emprego da preposição *ni*: a amostra da comunidade de Matinha, que fica situada na zona rural de Feira de Santana, composta por 12 informantes pouco escolarizados; e a amostra composta por 24 informantes de Feira

de Santana, moradores da zona urbana, 12 representando o português culto, com nível de escolarização elevado, e 12 representando o português popular, com baixa escolarização. O fator traço semântico do sintagma nominal, referente à noção de lugar e não-lugar foi controlado, e a análise quantitativa das ocorrências evidenciaram maior recorrência de *ni* quando denotando lugar, independentemente de seus traços semânticos (concreto/abstrato, animado/inanimado, dentro/fora); já quando o sintagma nominal denota não-lugar, predomina a ocorrência de *em*. Apenas 2 % do total das ocorrências refere-se a *ni*, o que já era esperado; no entanto, a proporção de distribuição dessas ocorrências pelas amostras (português rural, português popular e português culto) mostrou-se estatisticamente significativa na análise variacionista.

Tabela 1 – Distribuição de *ni* por comunidade.

| Local | Aplicação/total | Percentual | Peso Relativo |
|-----------------------------------|-----------------|------------|---------------|
| Português rural (Matinha) | 49/1317 | 4 | .65 |
| Português popular (F. de Santana) | 15/1472 | 1 | .33 |
| Português culto (F. de Santana) | 19/1270 | 2 | .52 |

Fonte: Souza (2015, p. 93).

No português rural, a variante *ni* foi mais recorrente; já no português popular houve menor recorrência desse conectivo. O que chama a atenção nesses resultados é que, estatisticamente, o uso de *ni* é mais favorecido no português culto de Feira de Santana do que no português popular, levando o autor a sugerir que isto decorra do fato de o uso *ni* ter se expandido do ambiente rural para os espaços urbanos. Para observar essa questão, com base na Teoria de Acomodação à Comunicação (GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991), apresentamos os conceitos convergência e divergência atrelada às dimensões objetivas e subjetivas da acomodação.

3. A teoria da acomodação

A teoria da acomodação é vista como um conjunto de estratégias disponíveis aos falantes nas interações face a face, que podem caracterizar realinhamentos de padrões de códigos ou seleção de linguagens relacionados às crenças, às atitudes e às condições socioestruturais subjacentes (GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991). Ou seja, a acomodação dá-se pelo processo de realinhamento de padrões de seleção de código linguístico em função das crenças, das atitudes e do contexto social, de modo que o falante pode adaptar ou não a sua fala levando em consideração as características do ouvinte a fim de obter a solidariedade ou a dissociação do interlocutor. Conforme Giles, Coupland e Coupland (1991, p. 4, *tradução nossa*), a teoria da acomodação apresenta um paradigma bem desenvolvido capaz de explicar:

(1) consequências sociais (atitudinais, atribucionais, comportamentais e comunicativas), (2) fatores ideológicos e macro-sociais, (3) variáveis e processos intergrupais, (4) práticas discursivas em contextos naturalistas e (5) vida individual e mudanças de linguagem de grupo³.

As estratégias básicas da teoria de acomodação que explicam o realinhamento do código linguístico estão associadas à convergência e à divergência. A convergência caracteriza-se como uma estratégia pela qual os falantes adaptam-se aos comportamentos comunicativos na dimensão verbal (fala, prosódia, extensão vocal, dentre outros) e não verbais (movimentos corporais, sorrisos, olhares etc.). Já a divergência refere-se ao modo como os falantes acentuam na fala as diferenças não verbais entre si e os outros (GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991). Em outras palavras, a convergência acontece quando o falante realinha sua fala de modo a

³ (1) social consequences (attitudinal, attributional, behavioral, and communicative), (2) ideological and macro-societal factors, (3) intergroup variables and processes, (4) discursive practices in naturalistic settings, and (5) individual life span and group-language shifts (GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991, p. 4).

cooperar com o interlocutor e a divergência é uma forma de dissociação, na qual cada falante da relação mantém seu falar acentuado sem a intenção de aproximar.

Essas estratégias podem ser vistas como processo, pois os falantes podem convergir e, também, divergir em uma determinada situação. Por exemplo, dois falantes de variedades dialetais distintas conversam e cada um mantém seu repertório linguístico estando então em um processo de divergência, mas em determinado momento um dos falantes acomoda-se ao repertório do seu interlocutor, utilizando algum traço linguístico seu, assim acontecendo a convergência. Já se, em uma conversa, os interlocutores mantêm-se cada um em seu repertório, sem mudanças de um em relação ao outro, acontece a divergência, que, conforme Giles, Coupland e Coupland (1991), é uma estratégia do falante para manter a identidade pessoal ou de grupo.

As estratégias de convergência e divergência têm características diferentes e podem acontecer dentro de grupo (*in group*) ou fora de grupo (*out group*). Um falante pode acomodar-se de maneira convergente em um grupo e divergente fora desse grupo e essas estratégias podem acontecer “de cima para baixo” e “de baixo para cima”. A convergência “de cima para baixo” é um realinhamento no padrão de escolha de código linguístico a um padrão de menor prestígio, ou seja, uma alternância em direção a uma variedade ou a formas menos valorizadas ou mais estigmatizadas. Já a convergência “de baixo para cima” corresponde ao realinhamento do código linguístico ao padrão da variedade consensualmente de prestígio. Assim, quando o falante muda seu repertório para relacionar-se com grupos minoritários e menos prestigiados, como comunidades periféricas, ele está convergindo “de cima para baixo” e quando adapta sua fala à variedade de grupos de prestígio, como em centros universitários, trata-se de uma alternância de “baixo para cima” (GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991).

Os autores apontam que a convergência não acontece de forma total, ou seja, os falantes não aderem a todas as variáveis e níveis de uma variedade linguística. Desse modo, o que acontece são convergências unimodais e multimodais, sendo a primeira correspondente ao baixo nível de alternância e em poucas variáveis e a segunda referente à alternância em muitas variáveis e em alto nível. Os autores destacam que as estratégias de convergência e divergência não devem ser consideradas mutuamente exclusivas e sim processuais, pois a teoria considera a convergência de algumas características como igualada à divergência simultânea de outras.

A convergência e a divergência também são pesquisadas em relações assimétricas. Por exemplo, em duplas de sexo misto, homens e mulheres adotaram um estilo linguístico mais parecido com o de seu parceiro fora do grupo do que teriam mantido com um parceiro no grupo. Nesse aspecto, os estudos de Freitag (2012), de Araujo (2014), de Santos (2014), de Silva (2016) e de Santana (2018) controlaram a assimetria de gênero nas interações como um fator para explicar a variação linguística, embora sob a perspectiva de estudos de gênero, mas que evidenciam o efeito de convergência e de divergência na acomodação.

Interessa-nos, no entanto, a interação entre o código linguístico, o social e o psicológico, o que, na teoria da acomodação na comunicação, é estabelecido pela relação entre as estratégias de convergência e de divergência com as dimensões objetivas e subjetivas. Conforme propõem Giles, Coupland e Coupland (1991), a dimensão objetiva refere-se às alternâncias entre divergência e convergência propriamente ditas, a quanto o falante acomoda sua fala independentemente do tipo de estratégia que ele usa. Já a dimensão subjetiva está relacionada às crenças e atitudes dos falantes em relação a essas estratégias. O Quadro 3 apresenta os quatro níveis de convergência e de divergência que são possíveis nessas dimensões.

Quadro 1 – Dimensões da acomodação subjetiva e objetiva da fala.

| | | Acomodação subjetiva | |
|------------|--------------|----------------------|-------------|
| | | Convergência | Divergência |
| Acomodação | Convergência | A | B |
| Objetiva | Divergência | C | D |

Fonte: Thakerar *et al.* (1982 *apud* GILES; COUPLAND; COUPLAND, 1991, p. 15, *tradução nossa*).

As letras A e D correspondem aos níveis nos quais os falantes acreditam que subjetivamente estão convergindo (A) ou divergindo (D) e realmente estão. Nesse caso, A e D são correlacionados e, segundo Meyerhoff (2006), quando as dimensões objetivas e subjetivas das estratégias coincidem, é bastante fácil para o pesquisador aferir as atitudes dos falantes como uma explicação para o comportamento observado. No caso das letras B e C, há uma discrepância, pois o que os falantes fazem objetivamente não corresponde ao que verdadeiramente acontece. Em (B) o falante acredita estar convergindo e em (C) o falante acredita estar divergindo, mas o que objetivamente acontece não é o que eles acreditam.

Para fins de nosso estudo, relacionamos a proposta de convergência e de divergência e as dimensões objetivas e subjetivas aos estudos de produção e de percepção na sociolinguística, como propõem Freitag *et al.* (2016).

Seguindo propostas de outros autores, que já assumiram a Teoria da acomodação à comunicação para explicar a variação no português, consideramos que a variação nas preposições locativas *em ~ ni* é sensível às estratégias de convergência e de divergência atreladas às dimensões objetivas e subjetivas.

Como vimos, a convergência “de baixo para cima” está associada ao realinhamento no padrão de escolha do código linguístico em direção a uma variedade consensualmente de prestígio. Podemos relacionar a variedade de prestígio com a que

observamos na fala de universitários, variedade conhecida como norma culta, que, conforme Faraco (2008), é a mais próxima da norma padrão e configura o conjunto de traços linguísticos que ocorrem no uso de indivíduos letrados em contextos monitorados de fala, e até mesmo de escrita, que por essa relação com os usos monitorados e com as práticas da cultura letrada, adquire um valor social positivo por parte dos falantes (FARACO, 2008). Fazer uso desse código linguístico é uma marca de indexicalidade que vincula o estudante às práticas universitárias, e por isso ocorre a acomodação.

Para mensurar as estratégias de acomodação com base nas dimensões objetivas e subjetivas, podemos considerar que os estudantes que usam a variante *ni* no contexto universitário estarão divergindo em relação à variedade consensualmente de prestígio da comunidade de práticas: já os que só usam a variante padrão *em* estão convergindo em direção à variedade da comunidade. Para identificar a convergência na dimensão objetiva basta computar os padrões de uso individual de cada estudante. No entanto, a dimensão subjetiva articula-se à objetiva. Como destacam Freitag *et al* (2016) e Freitag (2016), existe uma diferença entre o falante usar um traço linguístico do seu repertório e ter a consciência de que usa. Por exemplo, Freitag (2016) destaca que em relação à variação *nós* e *a gente*, em uma amostra de universitários, quatro informantes afirmam que costumam usar o pronome *nós*, no entanto, todas as suas realizações da primeira pessoa do plural foram com *a gente*.

Assim, em relação ao quadro proposto por Giles, Coupland e Coupland (1991), (A) refere-se aos falantes que usam a variante de maior prestígio, *em*, e têm consciência disso, ou, dito de outro modo, sabem que convergem e de fato convergem, ou (B) que convergem, fazem o uso da variante *em*, mas não têm consciência disso. Uma das formas de observar a convergência é por meio de evidências sociais e pelos reparos, como apresentamos a seguir.

4. Percepção da variação em ~ *ni*: evidências sociais

Articular o estudo da produção e da percepção dos usos permite ampliar o entendimento dos processos de variação e de mudança linguística; além das frequências de ocorrências, as reações que os falantes têm sobre os próprios usos dizem muito sobre os rumos desses processos. Além disso, nem sempre as avaliações que as pessoas fazem sobre a língua correspondem ao que realmente acontece. Considerar as percepções sociais permite identificar os estágios da mudança linguística; o estudo da produção e da percepção oferece um caminho para a análise da mudança em progresso. Os estudos prévios apontam que a variante *ni* é mais comum em regiões rurais.

Freitag (2016, 2018) reforça a necessidade de se estudar a atitude linguística em uma combinação de técnicas e de instrumentos de coletas de dados, abordagem direta e indireta e estudo societal, a fim de captar crenças, sentimentos e usos dos falantes em uma dada comunidade: “Na Sociolinguística, abordagens para mensurar atitudes podem envolver o tratamento societal, de caráter etnográfico, colhendo dados a partir de várias fontes de domínio público, como documentos oficiais, propagandas, televisão e redes sociais” (FREITAG, 2018, p. 6). Assim, além dos estudos de percepção, com testes específicos, o tratamento societal, com “piadas” e com “memes” que refletem a avaliação que é feita de um traço linguístico, como mostram Freitag *et al* (2015), podem dar pistas de como uma variante é avaliada socialmente.

Os estudos sobre a variação entre as preposições locativas *em* ~ *ni* no Brasil são orientados apenas pela perspectiva da produção, sem evidências empíricas de mensuração das atitudes positivas e negativas para a variante *ni*, mas podemos ver indícios de percepção por meio de dados sociais, como no estudo de Souza (2015) que descreveu o uso do *ni* em composições musicais. Além de atribuir a popularização da forma *ni* a expressões muito comuns na internet, o autor confirma a popularidade de *ni* por meio de composições musicais e sua aceitação por todas as classes sociais. As

evidências sociais sugerem que há certo grau de consciência sobre o uso da variante *ni*, o que pode ser articulado com nossa proposta de controle da acomodação em relação às dimensões objetivas e subjetivas, como explicitado anteriormente. O uso do *ni* associado a composições musicais e *memes* muito comuns na internet indica que tal uso se propaga principalmente no ambiente urbano, no qual o acesso a redes sociais é mais facilitado e os responsáveis por essa propagação são os jovens que mutuamente constituem-se como público alvo.

Quadro 2 – Letra de músicas e memes contendo *ni*.

| | | |
|--|--|--|
| <p><i>Pinga ni mim</i> > Sérgio Reis <i>Mamãe passou açúcar ni mim</i> > Wilson Simonal <i>Tarado ni você</i> > Caetano Veloso <i>Chega vem ni mim</i> > Marco Polo <i>Vem ni mim Dodge Ram</i> > Israel Novais</p> | | |
|  |  |  |

Fonte: elaborado com base em Souza (2015).

Nos exemplos do quadro 2, podemos ver como a variante *ni* é expressa na mídia. A música *Pinga ni mim* de Sergio Reis foi muito tocada nas rádios de todo Brasil, da mesma forma, *Mamãe passou açúcar ni mim*, de Wilson Simonal que é cantada até hoje, também fez muito sucesso. Entre o público jovem a que se consagrou com grande repercussão foi *Vem ni mim Dodge Ram*, de Israel Novais, com o Sertanejo universitário, evidenciando a forma *ni* como popular e aceita pelos jovens de regiões urbanas e de todas as classes sociais. No caso dos memes, estes são muito acessados em comentários e em respostas nas redes sociais. Os mais populares com a forma *ni* são evidenciados no Quadro 2, exceto o último, que segundo Souza (2015), decorrente de um grupo de

estudos de uma comunidade virtual de pesquisa de uma universidade federal. No Quadro 3, são apresentadas mais evidências que mostram a aceitação de tal forma e a sua popularização para outros contextos usando como referência os já existentes.

Quadro 3 – Popularização de *ni*.



Fonte: Google imagens.

O quadro mostra o *ni* presente em outras manifestações, que foram baseadas nas já existentes: a banda Molejo com uma nova composição de *Vem ni mim*, um bloco de rua, já considerado tradição nos carnavais de São Paulo, baseado na música *Tarado ni você* de Caetano Veloso e uma banda musical da Bahia que também leva o nome de *Vem ni mim*. Esses dados evidenciam a forma *ni* como regular na fala dos jovens brasileiros bem como a sua aceitação social.

5. A acomodação subjetiva e os reparos

Os reparos são usados como recursos para a reformulação do discurso. Fonseca (2004) entende que, em uma interação, os participantes desempenham papéis baseados em regras que eles mesmos interiorizam e buscam adequar seu comportamento a regras do seu contexto social. Para isso é necessário que eles sejam capazes de fazer escolhas linguísticas e discursivas de forma apropriada para entender o enunciado que vem de seu interlocutor e respondê-lo com coerência. É nessa troca que pode acontecer a reformulação, o falante usa estratégias para sanar “erros” ou “infrações” cometidos durante o seu discurso.

O procedimento de reformulação por correção é definido por Barros (1993), fundamentado em Gülich e Gotschi (1987), como uma estratégia que objetiva levar o interlocutor a reconhecer a intenção do falante e garantir a intercompreensão. A correção e a reparação acontecem de maneira a solucionar infrações materializadas no discurso que podem ser identificadas ou reparadas por quem comete ou por quem ouve. O estudo de Barros (1993) apresenta exemplos de reformulação por correção de violação da norma linguística em inquéritos do Nurc. A situação de interação entre indivíduos cultos apresentou poucas ocorrências de correção e de reparo: a pouca frequência de “erros” e de correções mostra a preocupação dos falantes com os “bons” usos da língua, ou seja, a consciência da norma.

- (6) “mas muitas manifestações que poderiam me interessar aqui... já foram... eu creio... tratados por out/ tratadas por outras pessoas” (BARROS, 1993, p. 50).

Neste excerto, a correção acontece no momento em que o falante interrompe a si mesmo para reparar o desvio na concordância de gênero reelaborando sua fala para a que ele entende como mais adequada.

- (7) “a gente quer saber agora as quais as razões que faz... que fazem com que ah (estou) meio preocupado (com o gravador) (risos)... eh... que fazem eh... ah quais as razões que levam as pessoas a... (BARROS, 1993, p. 51).

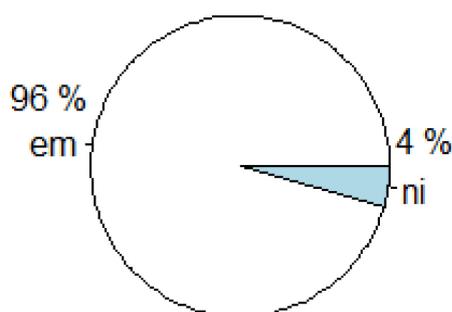
A autora explica a preocupação do informante com a correção: este reelabora o discurso e por um momento não tem certeza do uso correto da concordância; no final o indivíduo acaba substituindo o verbo “fazer” – *fazem* por “levar” – *levam*, concluindo o enunciado.

Por meio das concepções de correção e de reparação, analisamos as ocorrências de reparo na variação *em ~ ni* em uma amostra constituída por universitários a fim de

descrever as reformulações feitas pelos estudantes nos dados e a relação desses dados com as estratégias acomodativas na dimensão subjetiva. Do ponto de vista da acomodação, os reparos dão pistas da saliência, que é, segundo Freitag (2018), decorrente da interação entre frequência, convencionalidade e familiaridade.

Ribeiro (2018) desenvolveu um estudo sobre a variação *em ~ ni* em uma comunidade de práticas universitária em Sergipe.

Gráfico 1 – Uso de EM e NI na amostra.



Fonte: Ribeiro, 2018.

Foram identificadas 3.045 ocorrências da forma *em* e 132 ocorrências de *ni* na fala dos universitários da amostra de deslocamentos; os dados de *em* representam 96% enquanto os de *ni* 4%, no Gráfico 4. Mesmo com um percentual muito baixo o conectivo *ni* concorre com a preposição *em* na fala dos estudantes universitários, o que reforça a nossa hipótese de que o uso da forma *ni* não está associada, somente, ao perfil descrito em outros estudos.

Os reparos nos indicam que a forma *ni* ocorre na fala dos estudantes da amostra de deslocamento UFS com regularidade, sem carregar estigma social. Além disso, também podemos perceber esse conectivo como resultado de processo morfofonêmico usado para representar um gênero neutro. Pode-se perceber pelos excertos de reparo, a produção da forma *ni* substituindo a preposição *em* nos contextos em que o sintagma nominal que ela introduz não necessita da marca de gênero, apresentando um indício de que a forma seja resultado de processo morfofonêmico. Das 114 ocorrências da

forma *ni* identificadas na fala dos estudantes, quatro foram em contexto de reparo, e dos 18 dados identificados na fala das documentadoras, uma ocorrência foi em contexto de reparação.

- (8) SOA3MF: mas esses caras eles são eles tão fazendo Direito ma- estão dizendo que tão fazendo Direito mas não estão fazendo Direito coisa nenhuma... tem uma definição de um autor que a gente lê lá **no no ni** Introdução ao Curso de Direito que é Tércio Sampa- Sampaio Júnior ... ele (se) tem um livro chamado introdução ao curso de Direito

No excerto (8) o informante fala sobre pessoas que dizem estar fazendo Direito, mas, na opinião dele não estão, e procura definir o Direito alicerçado em um livro chamado *Introdução ao Curso de Direito*. Para se referir ao livro o informante usa a contração *no* duas vezes e repara com o conectivo *ni* para introduzir o sintagma nominal *Introdução ao Curso de Direito*, título do livro. Neste caso a contração *no* poderia ser reparada para *em*, mas o informante a substitui por *ni*, que é usado com o mesmo valor da preposição *em*.

- (9) DOCC: a cidade onde você nasceu?
JOS3MF: Boquim
DOCC: onde você mora atualmente?
JOS3MF: **ni no** Rosa Elze... próximo à UFS

O excerto (9) mostra um diálogo no qual a documentadora pergunta onde o estudante mora atualmente e ele responde usando o *ni* para se referir ao Rosa Elze, mas faz a correção para a contração *no* buscando correlacionar com o bairro, já que este infere o sentido de gênero masculino (o bairro Rosa Elze, o Rosa Elze). Esse resultado mostra que o *ni* está entre os recursos usados para introduzir adjuntos adverbiais da mesma forma que a preposição *em* e suas contrações.

- (10) MAR4FI: é porque quando eu fui morar em São Paulo eu queria passar lá UFS... e a prova ser muito difícil eu não consegui... aí por isso que eu tentei aqui como eu passei **ni no** que eu queria mesmo... e era federal eu acho que eu teria continuado em São Paulo pra...

O excerto mostra a realização do *ni* como opção de preposição para se referir ao curso da estudante, como eu passei *no curso* que eu queria ou como eu passei *ni geografia* a estudante usa o *ni* como um recurso para se referir ao curso e repara para o *no* pela exigência do gênero a que se refere.

- (11) DOCC: **em... ni** Umbaúba o que você fazia nas suas horas vagas? nos finais de semana?
VIC3MI: bom... eu sempre variava sempre tem alguma coisa diferente pra fazer apesar de ser uma cidade pequena...

No excerto (11) temos um caso de reparo de *em* para *ni*, feito pela documentadora DOCC, quando questiona o interlocutor sobre sua rotina na sua cidade de origem. Esse resultado mostra como a variante *ni* está integrada no repertório linguístico dos membros da comunidade de prática UFS; tanto os informantes quanto as documentadoras, salvo DOCC, fizeram uso da variante *ni* durante o processo de coleta de entrevistas, o que indica que esta não carrega estigma social pelos membros da comunidade.

- (12) DOCT: e como era lá no Silvio Romero?
LUC3MI: eh... o
DOCT: cê estudou lá desde que eh da sé- do sétimo ano
LUC3MI: não num da sexta série a o... a oitava série eu estudei **no... ni** um colégio municipal... o Frei Cristóvão... aí no no médio eu fui pro pro Poli...

No excerto (12), a documentadora DOCT faz uma pergunta sobre a antiga escola do estudante LUC3MI; este por sua vez, faz dois tipos de reparo, o primeiro com a

pausa preenchida “eh...”, pois ele percebe que a documentadora se confunde ao falar das escolas, desse modo, a corrige afirmando não ter estudado no Silvo Romero, no sétimo ano, mas em outro colégio, o Frei Cristóvão, usa a contração padrão *no*, mas repara para o conectivo *ni*, reparando pela segunda vez, como uma forma de indicar que seria um outro colégio o Frei Cristóvão, não o Silvo Romero como DOCT afirmara. Nesse caso o estudante poderia ter usado *em um* ou até mesmo *num*, porém fez uso do *ni* como forma de correção.

Os excertos mostram que os informantes da amostra usam o conectivo *ni* com regularidade, assim como usam a preposição *em* e as formas amalgamadas *na* e *no*. Desse modo o *ni* substitui a preposição *em* para referenciar um gênero neutro; esses resultados podem sugerir que o *ni* tenha decorrido de uma transformação morfofonêmica, processo regular da língua, e não carrega estigma, pois não sofre correção entre os membros.

6. Considerações finais

Estudos sobre a variação *em ~ ni* associam sua origem às dinâmicas de contato entre as línguas africanas e portuguesas no período de colonização do Brasil (SOUZA, 2015, 2013; FERRARI, 1997), por esse motivo compreendem que as comunidades nas quais a forma é percebida tenham sofrido influência desses contatos. No entanto, neste estudo entendemos que essa forma tenha resultado de processo morfofonológico motivado por pressões fonológicas e semânticas, transformações comuns da língua. Defendemos também que a preposição *ni* ocorre de forma regular na fala dos informantes da amostra, e que não carrega estigma social, pois os estudantes percebem a forma, mas não a corrigem nem são corrigidos quanto ao seu uso. As variáveis linguísticas mostram evidências do uso de *ni* em vários contextos linguísticos; os excertos de reparo indicam o processo regular de *ni* na comunidade, indicando convergência pela dimensão subjetiva de estratégias acomodativas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, D. B.; NASCIMENTO, A. M. O locativo ni na fala sergipana: uma interpretação à luz do contato de línguas. **Interdisciplinar** – Revista de Estudos em Língua e Literatura, Itabaiana, v. 17, n. 2, p. 99-110, jun. 2013.

ARAÚJO, A. S. **“Você me faria um favor?” O futuro do pretérito e a expressão de polidez**. 2014. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

BARROS, D. L. P. de. Procedimentos de reformulação: a correção. O processo interacional. *In*: Preti, D. (org.). **Análise de textos orais**. v. 1, 2 ed. São Paulo: Janeiro, Vozes, 1993.

BAXTER, A. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia. *In*: D’ANDRADE, E.; KIHM, A. (org.). **Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa**. Lisboa: Colibri, 1992.

BAXTER, A. LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**, n. 19, mar. 1997.

BYBEE, J. L. **Uso língua e cognição**. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Rio de Janeiro, 1979.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v13i1p7-16>

CAVALIERE, R. **Pontos essenciais em fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERRARI, L. V. Variação e cognição: o caso das preposições locativas em e ni no português do Brasil. **Revista ANPOLL**, n. 3, p. 121-133. FFLCH/USP, 1997. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i3.261>

FREITAG, R. M. K. Banco de dados falares sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, p. 156-164, 2013. DOI <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2013v14n2p156>

FREITAG, R. M. K. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sociopessoais e do sexo/gênero na entrevista sociolinguística. *In: Congresso internacional de dialetologia e sociolinguística*, 2012. **Anais [...]**. p. 289-296.

FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. **DELTA**, v. 32, p. 889-917, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-44506992907750337>

FREITAG, R. M. K. Saliência estrutural, distribucional e sociocognitiva. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 40, n. 2, p. 1-11, 2018. DOI <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v40i2.41173>

FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. *In: LOPES, N. da S.; ARAÚJO, S. S. de F.; FREITAG, R. M. K. (org.). A Fala Nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 109-122. DOI <https://doi.org/10.5151/9788580392173-06>

FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M.A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. **Todas as letras**, v. 18, n. 2, 2016, p. 64-84. DOI <https://doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v18n2p64-84>

FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M.A. Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. **Signo y Señal** | Revista del Instituto de Lingüística, n. 28, p. 65-87, 2015.

GILES, H.; COUPLAND, J.; COUPLAND, H. **Accommodation theory: communication, context and consequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511663673.001>

KEWITZ, V.; ALMEIDA, M. L. L.; SOUZA, J. L.; GONÇALVES, C. A. As Preposições: Aspectos Históricos e Usos Atuais. *In: LOPES, C. R.; Castilho, A. T. (org.). História do português brasileiro* vol. 4: mudança sintática das classes gramaticais – perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2018. p. 294-383.

KLEPPA, L. A. A forma da preposição na fala de uma criança. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. v. 3, n. 5, ago. de 2005. ISSN: 1678-8931 [www.revel.inf.br]. Acesso em: 29 jan. de 2019.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. DOI <https://doi.org/10.7476/9788523208752>

RIBEIRO, C. C. S. **Deslocamento geográfico e padrões de uso linguístico: a variação entre as preposições locativas em ~ ni na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe**. Sergipe, 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SANTANA, R. R. Interrupção/assalto ao turno, o papel do gênero e o efeito cultural. **Caderno de pós-graduação em Letras – CPGL**, v. 18, n. 2, 2018, p. 56-74. DOI <https://doi.org/10.5935/cadernosletras.v18n2p55-74>

SANTOS, K. C. **Estratégias de polidez e a variação de nós vs. a gente na fala de discentes da Universidade Federal de Sergipe**. Sergipe, 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, R. B. **Marcadores discursivos interacionais na fala de adolescentes escolares: acomodação linguística e identidade social**. 88 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe. 2016.

SOUZA, E. S. **A preposição ‘ni’ no continuum rural-urbano de comunidades baianas**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

Artigo recebido em: 03.02.2019

Artigo aprovado em: 31.05.2019